



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO - MÉTODO INDIRETO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxos de caixa proveniente das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício:	4.291.560	4.291.560	3.765.184	3.765.184
Ajustes ao lucro:	(4.179.720)	(3.273.464)	(3.618.222)	(2.679.479)
Resultado de investimentos em participações societárias	(4.181.821)	(3.279.914)	(3.618.260)	(2.683.337)
Tributos diferidos - diferenças temporárias	291	365	35	133
Outros ajustes (Depreciação / Tributos retidos)	1.810	6.085	3	3.725
Lucro líquido ajustado do exercício:	111.840	1.018.096	146.962	1.085.705
Recebimento de dividendos	4.037.018	3.277.800	3.631.760	2.395.241
Recebimento de juros sobre capital próprio	-	21.093	-	19.186
Variações patrimoniais:	(25.450)	(43.577)	61.711	99.580
Valores a receber	(28.042)	(8.120)	(2.145)	(817)
Outros ativos	(332)	(2.045)	44	(207)
Valores a pagar	2.865	(22.606)	(1.278)	28.223
Dividendos a pagar - Atualização monetária	5.616	5.616	47.276	47.276
Passivos por impostos correntes	(5.848)	(16.787)	17.785	24.979
Passivos por impostos diferidos	291	365	29	126
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.123.408	4.273.412	3.840.433	3.599.712
Fluxos de caixa proveniente das atividades de investimento				
Aplicação financeira	(3.752.197)	(32.989.000)	(3.458.408)	(28.273.684)
Resgate de Aplicações Financeiras	3.415.736	32.502.414	2.858.996	27.914.991
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(336.461)	(486.586)	(599.412)	(358.693)
Fluxos de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos (nota 7 (b))	(3.785.467)	(3.785.467)	(3.241.014)	(3.241.014)
Amortizações de arrendamentos	(1.488)	(1.488)	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(3.786.955)	(3.786.955)	(3.241.014)	(3.241.014)
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(8)	(129)	7	5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	88	435	81	430
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	80	306	88	435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas	202.782	2.457.360	301.853	2.425.479
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	202.778	202.778	208.813	208.813
Receitas de prestação de serviços	-	2.254.577	-	2.121.202
Outras receitas	4	5	93.040	95.464
Insumos adquiridos de terceiros	(24.731)	(664.909)	(19.524)	(485.745)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	(618.509)	-	(460.446)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24.731)	(46.400)	(19.524)	(25.299)
Valor adicionado bruto	178.051	1.792.451	282.329	1.939.734
Depreciação, amortização e exaustão	(1.139)	(1.139)	(17)	(17)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	176.912	1.791.312	282.312	1.939.717
Valor adicionado recebido em transferência	4.296.114	3.473.008	3.722.866	2.855.564
Resultado de equivalência patrimonial	4.181.821	3.279.914	3.618.260	2.683.337
Receitas financeiras	114.293	193.094	104.606	172.227
Valor adicionado total a distribuir	4.473.026	5.264.320	4.005.178	4.795.281
Distribuição do valor adicionado	4.473.026	5.264.320	4.005.178	4.795.281
Pessoal	75.490	93.733	66.951	84.064
Remuneração direta	56.661	69.800	51.460	64.237
Benefícios	14.823	18.964	11.788	15.226
FGTS	4.005	4.969	3.703	4.601
Impostos, taxas e contribuições	95.580	862.909	121.997	882.681
Federais	95.580	793.114	120.053	819.074
Municipais	-	69.795	1.944	63.607
Remuneração de capital de terceiros	10.397	16.118	3.770	16.076
Juros	6.442	6.442	-	-
Aluguéis	936	1.335	1.457	1.856
Outras	3.019	8.341	2.313	14.220
Remuneração de capitais próprios	4.291.560	4.291.560	3.812.460	3.812.460
Dividendos	2.940.000	2.940.000	3.479.276	3.479.276
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	1.351.560	1.351.560	333.184	333.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 DE DEZEMBRO DE 2025
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais

A Caixa Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade", "Companhia", ou "Controladora"), empresa líder do Conglomerado da CAIXA Seguridade ("Conglomerado") foi constituída como subsidiária da Caixa Econômica Federal ("CAIXA") em 21 de maio de 2015, em conformidade com a legislação brasileira, por prazo indeterminado, tendo por objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

A CAIXA Seguridade, neste contexto, acompanha a evolução de cenários macroeconômicos que podem trazer reflexos à dinâmica de seus negócios e dos negócios de suas participações societárias.

A Companhia, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tem sua sede localizada no Setor Hoteleiro Norte– SHN, Quadra 1, Bloco E, Conjunto A, Edifício CNP, 16º e 17º andar – Brasília – Distrito Federal – Brasil.

a) Oferta subsequente de ações ordinárias (follow on)

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 28 de março de 2024, a CAIXA Seguridade informou a seus acionistas e ao mercado em geral que sua controladora Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), decidiu, no âmbito do seu Conselho Diretor, autorizar a elaboração de estudos e análises necessários para eventual alienação futura de ações, sem alteração do controle. Esta ação visa o atingimento do percentual mínimo de ações em circulação da Companhia, conforme as regras do segmento Novo Mercado da B3 e sem alteração no controle da Companhia ("Potencial Oferta").

Em vista disso, a Companhia divulgou um novo Comunicado ao Mercado em 16 de outubro de 2024, informando que recebeu ofício de sua Controladora ao qual foi comunicado que em Assembleia Geral, realizada naquela data, autorizou a continuidade do procedimento para eventual oferta pública secundária subsequente de ações ordinárias de emissão da CAIXA Seguridade.

Por meio do Comunicado ao Mercado divulgado em 26 de dezembro de 2024, a Controladora notificou a conclusão do processo de seleção do Sindicato de Bancos para atuarem como coordenadores. Os serviços de assessoria financeira no âmbito da Potencial Oferta, incluindo trabalhos preparatórios para a definição da viabilidade e dos termos e condições, foram prestados por Banco Itaú BBA S.A., Banco BTG Pactual S.A., Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal.

Em continuidade aos fatos relevantes divulgados anteriormente, a Companhia comunicou que, em 19 de março de 2025, a Caixa Econômica Federal aprovou o preço por ação ordinária de emissão da Companhia, fixado em R\$ 14,75 (catorze reais e setenta e cinco centavos), conforme definido no Procedimento de "Bookbuilding". A oferta pública de distribuição secundária abrangeu um total de 82.380.893 (oitenta e duas milhões, trezentas e oitenta mil, oitocentas e noventa e três) ações ordinárias, perfazendo o montante total de R\$1.215.118.171,75 (um bilhão, duzentos e quinze milhões, cento e dezoto mil, cento e setenta e um reais e setenta e cinco centavos).

A oferta foi realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Simultaneamente, foram realizados esforços de colocação das ações no exterior, exclusivamente para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos e para investidores não residentes nos demais países, conforme a legislação aplicável.

b) Termo de Compromisso celebrado entre CAIXA e INSS

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados em 10 de novembro de 2025 e 08 de dezembro de 2025, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que foi comunicada por sua acionista controladora, Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), acerca da assinatura de Termo de Compromisso celebrado entre CAIXA e Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS").

O Termo de Compromisso tem como objeto a avaliação da adequação dos procedimentos adotados na oferta do seguro prestamista vinculado às operações de crédito consignado contratadas por beneficiários do INSS, inclusive no que se refere à observância da legislação aplicável durante a vigência da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022, bem como a apuração de eventual devolução de valores cobrados indevidamente, a ser analisada no âmbito de Processo Administrativo instaurado pelo INSS.

Em decorrência da assinatura do Termo de Compromisso, a Companhia informou que a oferta do seguro prestamista vinculada às operações de empréstimo consignado contratadas por beneficiários do INSS encontra-se suspensa, permanecendo assim até a conclusão do Processo Administrativo. Na data-base destas demonstrações contábeis, não havia previsão para o encerramento do referido Processo.

A Administração acompanha a evolução do tema e manterá seus acionistas e o mercado informados acerca de eventuais desdobramentos relevantes.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da CAIXA Seguridade em 26 de fevereiro de 2026.

Nota 3 – Práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Consolidação

a.1) Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos

sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido pelo Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as Companhias do Grupo, compreendendo os saldos, as receitas, as despesas os ganhos e as perdas não realizados são eliminados por ocasião do processo de consolidação.

b) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CAIXA Seguridade.

c) Reconhecimento de receitas e despesas

A receita de acesso à rede de distribuição e do uso da marca CAIXA compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, a título de remuneração pelo acesso para comercialização e distribuição dos produtos de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios disponibilizados na rede de distribuição CAIXA por instituições conveniadas, partes de contratos ou convênios operacionais previamente celebrados com o Conglomerado da CAIXA Seguridade.

A receita de prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela CAIXA Corretora, corretora própria do Grupo, em decorrência da prestação de serviços de corretagem ou intermediação sobre os produtos de seguridade distribuídos na Rede de Distribuição Balcão CAIXA.

O Conglomerado reconhece essas receitas quando seu valor pode ser mensurado com segurança, incluindo os seus custos associados, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Conglomerado, especificamente: (i) a emissão da apólice e/ou certificado e, cumulativamente, (ii) consequente recebimento do prêmio, contribuição, aportes e portabilidades recebidas por parte das seguradoras, entidades de capitalização, previdência complementar, administradoras de consórcios e serviços assistenciais.

O resultado de investimentos em participações societárias é auferido com a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) sobre os resultados obtidos pelas investidas do Grupo, especialmente por seguradoras, entidades de capitalização e de previdência complementar reguladas e supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

De forma a garantir representação fidedigna de nossas participações societárias, o cômputo da equivalência patrimonial considera a existência de direitos diferenciados de determinadas categorias de ações e de direitos contratuais que afetam desproporcionalmente os resultados de entidades coligadas e controladas (vide Nota 6).

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa e sujeitos ao baixo risco de mudança no valor, com liquidez originalmente inferior a 90 dias.

e) Instrumentos financeiros ao valor justo

Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, bem como em função das características dos fluxos de caixa contratuais negociados para o ativo financeiro.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto nos casos dos ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado e; (iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros detidos pela CAIXA Seguridade e suas subsidiárias referem-se a cotas de fundos de investimentos - curto prazo, cotas de fundos de investimento exclusivo e títulos públicos federais, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

f) Valores a receber

Os valores a receber correspondem às receitas, predominantemente oriundas de partes relacionadas, referentes às receitas de corretagem e intermediação e de acesso à rede de distribuição e de uso da marca CAIXA em seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios. O prazo de recebimento é inferior a um ano, sendo a classificação registrada no ativo circulante.

g) Aquisição de investimentos em participações societárias

A aquisição de investimentos em participações societárias, cuja relação resulte no exercício de, no mínimo, influência significativa, é registrada aplicando-se o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio ("goodwill"). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do exercício em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Conglomerado incorre em uma aquisição de investimento em participação societária, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do exercício quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo.

Os resultados das investidas adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das investidas alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que a Companhia deixou de exercer influência significativa ou controle.

h) Investimentos em participações societárias

Os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento inclui o ágio, bem como ativos intangíveis identificados na aquisição, se houver, líquido de quaisquer perdas por *impairment* acumuladas.

A participação do Conglomerado nos lucros ou prejuízos nas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do